

Vidigal vê perigo em

**Da sucursal e
do serviço local**

A necessidade de o País manter acelerado o ritmo de captação dos recursos externos obriga os bancos a terem lucros até maiores do que consideram desejável e a assumir riscos excessivos. Por isso, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, previu ontem, na CPI dos juros da Câmara dos Deputados, que a manutenção dos juros no patamar atual levará os bancos a assumirem, dentro de dois ou três anos, grande número de imóveis ou de empresas falidas.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, também na CPI dos juros, apresentou os dados apurados pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco: "O intervalo de variação das taxas de juros efetivas para os bancos comerciais varia, no desconto de duplicatas, entre 132,67% e 252,23% ao ano, revelando níveis bastante elevados em relação à inflação e ao custo dos empréstimos externos".

Franco lembrou que a política monetária e creditícia em vigor já exerce pressão inflacionária: "Restrições acentuadas e elevações bruscas do capital de giro normalmente causam reduções dos investimentos em capital circulante (queda da absorção de mão-de-obra e matérias-primas) que terminam por produzir diminuições de oferta de mercadorias, o que, admitindo-se os elevados custos fixos das empresas ou a existência de economias de escalas, apresenta como consequência pressões para elevações de preços, apesar da redução da demanda agregada".

Segundo o presidente da CNI, o comportamento das taxas constitui "um verdadeiro choque" sobre os custos financeiros das empresas industriais. "Informações parciais sugerem que a participação das despesas financeiras na receita operacional subiu do nível de 5 a 6%, normal no ano de 1975, para valores superiores a 12% no momento. Vale observar que o cálculo

dessas taxas seria substancialmente superior, caso se incluisse no seu cálculo uma série de outras exigências usualmente requeridas pelos bancos" — ressaltou Franco.

Afirmou que essa participação das despesas financeiras nos custos industriais constitui a "principal preocupação das entidades representativas do setor". Em contestação à posição das autorida-

des monetárias, o presidente da CNI argumentou que "o efeito da redução do nível de atividade da economia não se apresenta suficiente para provocar reduções significativas na taxa de juros, uma vez que o mercado livre é quantitativamente limitado (residual)".

A exemplo de Vidigal, Franco destaca que apenas os bancos saem fortalecidos pela limitação da oferta de crédito: "O sistema financeiro tem estabelecido especial resistência aos ajustes que ora se sucedem na economia brasileira, transferindo parcelas da sua cota de contribuição para os demais agentes financeiros".

COM DELFIM

Albano Franco, que se reuniu, ontem, com mais dez líderes empresariais, por mais de duas horas, com o ministro do Planejamento, Delfim Netto, afirmou, após o encontro, destinado especificamente a estudar a situação da Previdência Social, que não foi debatido o problema da recessão. Contudo, pessoalmente ele acredita que há indícios de que o governo pretende afrouxar os controles restritivos, embora não saiba, ainda, exatamente como.

Segundo Albano Franco, até hoje nenhum ministro da área econômica mencionou expressamente, em conversas privadas com empresários, a possibilidade de, a curto prazo, reativar a economia. No entanto — disse — conheço o ministro Delfim Netto, sei que ele está acompanhando de perto a situação afixativa das empresas e que, no momento adequado, tomará medidas para evitar o caos.

Indagado sobre as medidas que, a seu juízo, poderiam ser tomadas imediatamente, sem comprometer as metas da política econômica do governo — regularização do balanço de pagamentos e combate à inflação —, o presidente da CNI disse que seria algo no sentido de aumentar as encomendas junto ao setor industrial, pagar em dia as contas do governo junto a fornecedores e empreiteiras e, se possível, uma ligeira redução da taxa de juros.

uros excessivos